

DIREITO CIVIL - PESSOAS E BENS

1. No Direito Brasileiro temos basicamente três teorias para entender o nascituro leia as sentenças abaixo e aponte a **VERDADEIRA**:

A) Para a teoria condicionalista, o nascituro só tem direitos com a vida, sendo indiferente qualquer direito anterior ao momento do nascimento.

B) A teoria concepcionista é aquela que diz que o nascituro tem seus direitos preservados desde a concepção, sendo esta a mais aceita pela doutrina brasileira e prevista no Código Civil de 2002.

C) A teoria natalista diz que o nascituro só adquire direitos com o nascimento com vida, sendo a partir deste momento a aquisição de direitos, sendo esta a mais aceita na doutrina brasileira e prevista no Código Civil de 2002.

D) A teoria natalista diz que o nascituro só adquire direitos com o nascimento com vida, a partir daí retroage seus direitos até a concepção, sendo a mais aceita na doutrina brasileira e prevista no Código Civil de 2002.

2. O Código Civil de 2002 inovou ao trazer o capítulo II Dos Direitos da Personalidade, leia e assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) O Código Civil de 2002 protege a integridade física da pessoa natural sob três esferas, a primeira sobre o corpo vivo, a segunda sobre o corpo morto e por fim a autonomia do paciente ao tratamento.

B) O direito ao nome da pessoa natural, embora não previsto na Constituição Federal de 1988, tem status de direito fundamental, tanto que o Código Civil de 2002 introduziu na ordem jurídica civilista como um dos Direitos da Personalidade.

C) O pseudônimo adotado para atividades lícitas ou ilícitas goza da mesma proteção que se dá ao nome, tanto é verdade que, como noticiado na mídia, o presidiário Fernandinho Beira Mar pretende lançar produtos com o seu pseudônimo.

D) O nome da pessoa notória não pode ser utilizado em propaganda comercial sem sua autorização.

3. A “Goiabada com Queijo Ltda.” composta de três sócios, registrou seus atos constitutivos na junta comercial em dezembro de 2018, sendo publicado apenas em fevereiro de 2019, que o objeto social por defeito constou atividades no setor alimentício e no comércio de automóveis. Um dos sócios resolveu pedir a anulação do ato constitutivo, uma vez que em nenhuma

das reuniões foi cogitado o ramo de comércio de automóveis. Analise a questão abaixo e aponte a **CORRETA**:

A) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

B) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da sua inscrição no registro.

C) Prescreve em dois anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

D) Prescreve em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

4. Sobre os Bens, leia e aponte a alternativa **CORRETA**:

A) Os direitos autorais são reputados como bens imóveis por efeito legal, já a propriedade industrial é bem móveis.

B) Bens infungíveis são os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie e quantidade.

C) Bens consumíveis são os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, não considerados tais os destinados à alienação, pois são bens do comércio.

D) Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

5. Sobre a prescrição e decadência leia as afirmativas abaixo e aponte a **INCORRETA**:

A) Prescrição e decadência são prazos de direito material e não se confundem com preclusão que se refere ao direito processual.

B) O efeito jurídico dos prazos prescricionais e decadenciais é a segurança jurídica das relações jurídicas e o efeito prático é evitar o acúmulo de documentos e recibos sobre todos os negócios.

C) Prescrição e decadência são prazos de direito material, no primeiro tem-se uma lesão de um direito que nasce uma pretensão na outra, tem-se o próprio direito violado, como exemplo cita-se o mandado de segurança.

D) Prescrição e decadência possuem previsão no Código Civil de 2002, sendo

que as partes podem fixar os prazos, já que são prazos de direito material.

DIREITO PENAL - TEORIA GERAL

6. Zulmiro, com a finalidade de comemorar a vitória de seu time de futebol, passou a disparar fogos de artifício de sua residência, que se situa ao lado de um edifício residencial. Ao ser alertado por um de seus amigos sobre o risco de que as explosões poderiam atingir as residências do edifício e que havia algumas janelas abertas, Zulmiro respondeu que não haveria problema, porque naquele prédio só moravam torcedores do time rival. Um dos dispositivos disparados explodiu dentro de uma das residências desse edifício e feriu uma criança de 5 anos de idade que ali se encontrava. Com relação à conduta de Zulmiro, assinale a alternativa que aponta **CORRETAMENTE** como deverá ser sua responsabilização criminal:

- A) Lesão corporal culposa, por negligência.
- B) Lesão corporal culposa, por imprudência.
- C) Lesão corporal dolosa.
- D) Tentativa de homicídio culposo.

7. Sobre a teoria da lei penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) A analogia *in bonam partem* não possui restrições em matéria penal, sendo admissível, por exemplo, em causas de justificação causas de exculpação e situações de extinção ou redução da punibilidade, e a analogia *in malam partem* possui menor nível de aceitabilidade em matéria penal, sendo admissível apenas em hipóteses excepcionais.

B) A proibição da retroatividade da lei penal, como um dos fundamentos do princípio constitucional da legalidade, não admite exceção.

C) Os crimes de tráfico de drogas (Lei 11.343/2006, art. 33), de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (Lei 10.826/03, art. 16, *caput*) e de destruição de florestas consideradas de preservação permanente (Lei 9.605/98, art. 38, *caput*), são exemplos típicos de normas penais em branco.

D) Segundo a sistemática adotada pelo art. 3º do CP brasileiro, as leis excepcionais e temporárias não possuem ultra-atividade.

8. I - De acordo com o princípio da fragmentariedade, o poder punitivo estatal não pode aplicar sanções que atinjam a dignidade da pessoa humana

ou que lesionem (física ou psiquicamente) os condenados por sentença transitada em julgado.

II - O princípio da fragmentariedade mostra que apenas uma pequena parcela de bens jurídicos, aqueles mais importantes e necessários ao convívio em sociedade, será protegida na aplicação do direito penal, interpretado como *ultima ratio*, limitando à tutela das violações de maior ofensividade.

III - O princípio da especialidade consiste na aplicação da lei genérica em prejuízo da lei específica, uma vez que promove maior proteção das garantias individuais.

IV - O princípio da fragmentariedade consiste na aplicação da norma penal secundária em prejuízo da norma penal principal aplicável ao caso concreto.

Estão **CORRETAS**:

A) II.

B) I, II e IV.

C) Apenas a alternativa III.

D) Todas são corretas.

9. Acerca dos delitos de corrupção ativa e passiva, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) Pedro deseja alugar seu apartamento e, após conhecer os interessados, escolhe como locatário um juiz federal,

precisamente por este, na opinião do locador, exercer cargo de prestígio. Tal situação configura um delito de corrupção, pois o magistrado recebe, em razão de sua função, vantagem indevida.

B) No direito positivo brasileiro, é impossível a configuração da corrupção passiva sem o ato correspondente de corrupção ativa; porém, é possível a realização da corrupção ativa sem a realização da corrupção passiva.

C) No direito positivo brasileiro, é impossível a configuração da corrupção ativa sem o ato correspondente de corrupção passiva; porém, é possível a realização da corrupção passiva sem a realização da corrupção ativa.

D) No direito positivo brasileiro, não há uma relação necessária entre a configuração das duas modalidades de corrupção (ativa e passiva).

DIREITO ROMANO

10. Sobre o *ius honorarium*, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) Era também chamado de direito pretoriano.

B) Era parte do *ius civile*.

C) Era feito pelos tribunos da plebe.

D) Não vinculava os patrícios.

11. Assinale a alternativa **CORRETA** sobre a *adrogatio*:

- A) Destinava-se apenas para *alieni iuris*.
- B) Era idêntica à *adoptio*.
- C) Só era possível em casamentos *cum manu*.
- D) Deveria ser aprovada no comício por cúrias.

DIREITOS HUMANOS

12. Os princípios constitucionais fixados pela Constituição Brasileira de 1988 estão elencados no seu texto majoritariamente nos:

- A) Arts. 1º a 4º.
- B) Art. 1º.
- C) Arts. 1º e 225.
- D) Arts. 1º e 5º.

13. A teoria geracional figura-se como uma das teorias que pretende explicar o surgimento e explicitação dos direitos humanos. A denominada 3ª geração está ligada aos:

- A) Direitos individuais e políticos.
- B) Direitos sociais e coletivos.
- C) Direitos culturais, difusos e coletivos.

D) Direitos político-sociais, difusos e coletivos.

14. A primeira constituição brasileira a contemplar um rol de direitos humanos foi a de:

- A) 1824.
- B) 1891.
- C) 1934.
- D) 1946.

15. Com relação à propriedade, na Constituição Federal, é **CORRETO** afirmar que:

- A) A propriedade particular, nunca poderá ser usada pelo Poder Público, uma vez, que é assegurado ao proprietário o direito de privacidade.
- B) A propriedade poderá, em alguns casos, ser desapropriada por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social.
- C) A propriedade deverá atender a sua função judicial, estabelecida por órgão competente.
- D) A propriedade rural, em qualquer tempo, poderá ser penhorada como pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, visando o não inadimplemento de seu proprietário.

16. Com relação às proposições abaixo relacionadas, assinale a sentença **VERDADEIRA** em relação dos direitos e deveres individuais e coletivos:

A) O exercício de qualquer trabalho ou profissão deverá ser estabelecido por lei a cada cidadão, independentemente da qualificação profissional que possuir.

B) É garantido a todos o acesso à informação, sendo sempre sua fonte pública a todos, uma vez que no art. 5º é vedado o anonimato.

C) É plena a liberdade de associações para fins lícitos e paramilitares.

D) É livre a locomoção em tempo de paz, no território nacional, permitindo a todos entrarem, saírem ou permanecerem nele com seus bens.

17. Com relação às assertivas abaixo relacionadas, assinale a alternativa **CORRETA**:

I - Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público.

II - O Estado prestará assistência judiciária gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

III - São gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*.

A) Todas alternativas são falsas.

B) Nenhuma alternativa é falsa.

C) As alternativas II e III são falsas.

D) As alternativas I e III são falsas.

18. A respeito da Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), ratificada pelo Brasil, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) A Convenção não pode ser considerada um instrumento de proteção internacional dos direitos humanos porque ela garante direitos para, apenas, um grupo específico.

B) O Comitê da Convenção (Comitê CEDAW) tem a função de analisar os relatórios periódicos apresentados pelos Estados-Partes a cada quatro anos, em cumprimento aos direitos internacionalmente enunciados pela Convenção.

C) Os Estado-parte podem adotar todo tipo de medida voltada à garantia de direitos consagrados em tal Convenção, exceto ações afirmativas para mulheres, por contrariarem o princípio da igualdade.

D) A adoção pelos Estados-Partes de medidas especiais contidas na presente Convenção, destinada a proteger a maternidade, pode ser considerada discriminatória.

19. Em relação às Constituições brasileiras e seus avanços e retrocessos históricos sobre direitos humanos, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) A Constituição de 1824 criou as balizas fundamentais até hoje consideradas inovadoras em termos de garantia de direitos humanos, principalmente no tocante aos direitos sociais.

B) A Constituição de 1937 foi a primeira a instituir o voto feminino e os direitos sociais trabalhistas.

C) A Constituição de 1934 retrocedeu em relação às anteriores no que se refere às normas de proteção social ao trabalhador.

D) A Constituição de 1946 é conhecida por ter restabelecido, no Brasil, os direitos individuais, o fim da censura e da pena de morte.

20. Sobre os direitos e deveres dos presos, é **CORRETO** afirmar que:

A) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

B) O preso não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

C) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados

imediatamente ao juiz competente, que deverá decidir pela comunicação ou não à família do preso.

D) A possibilidade de o preso manter relações com o mundo exterior, por meio de correspondência e leitura, é recompensa que se confere pelo bom comportamento daquele que se encontra cumprindo pena privativa de liberdade.

ECONOMIA POLÍTICA

21. A desigualdade é um tema de destaque entre economistas contemporâneos. Quem foi o autor que apontou a desigualdade como uma característica determinante do Capitalismo no Século XXI?

A) Rosa Luxemburgo.

B) Thomas Piketty.

C) Karl Polanyi.

D) David Harvey.

22. John Maynard Keynes foi um economista inglês que não se notabilizou pela seguinte proposição:

A) Indução dos mercados através da atuação estatal.

B) Busca de pleno emprego.

C) Busca de inflação baixa.

D) Uso da máquina pública para criação de oportunidades de trabalho.

23. “*Não devemos esperar que nosso jantar venha da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro, mas sim, de sua consideração para com seus próprios interesse. Nós não dirigimos ao seu humanismo, e sim ao seu amor-próprio, e nunca lhe falamos de nossas necessidades, mas de suas vantagens.*”

O famoso excerto acima, de autoria de Adam Smith, **NÃO** ilustra a seguinte ideia:

A) A “mão invisível” dirige a maximização egoísta para canais socialmente úteis.

B) O livre mercado dirige todos os atos egoístas, gananciosos e voltados para o lucro para um sistema socialmente benéfico e harmonioso de liberdade natural.

C) O *laissez-faire* reflete como o humanismo e as necessidades das pessoas orientam as atividades de comércio.

D) Os mercados livres e em concorrência dirigem o sistema produtivo.

24. O argumento fisiocrata contra as políticas mercantilistas considerava que:

A) Não eram as leis do mercado, mas as leis da natureza que deveriam ser seguidas.

B) A acumulação de riqueza apenas seria possível com superávits crescentes na balança comercial.

C) A regulação do comércio de grãos desencorajava os investimentos no setor agrícola - e conseqüentemente reduzia seu desenvolvimento produtivo -, o que prejudicava o crescimento.

D) Nenhum país é capaz de sustentar superávit na balança comercial por um período prolongado de tempo.

25. De acordo com Marx, o mais-valor existe porque:

A) Os trabalhadores são pagos pela força de trabalho, e não pelo produto do trabalho em si.

B) O proletariado vive em condições cada vez mais miseráveis.

C) Os trabalhadores recebem salários maiores do que os necessários para sua subsistência.

D) Os governos não intervinham suficientemente nos mercados.

26. Assim como diversos economistas fariam posteriormente, Adam Smith descreveu, em “A Riqueza das Nações”,

os ajustes que ocorrem quando há uma discrepância entre a oferta e a demanda no mercado de determinado produto X. Partindo de uma situação de excesso de demanda, estes ajustes envolvem diversas etapas, abaixo descritas aleatoriamente.

I - Os retornos dos fatores de produção (trabalho, terra e capital) aumentam no mercado pelo produto X.

II - A oferta do produto X aumenta.

III - Os retornos dos fatores de produção (trabalho, terra e capital) diminuem no mercado pelo produto X.

IV - O preço de mercado do produto X cai.

V - Os recursos disponíveis são realocados para explorar as possibilidades de lucro.

VI - O preço de mercado do produto X aumenta.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem **CORRETA** dos ajustes acima:

A) I; VI; V; II; III; IV.

B) VI; I; V; II; IV; III.

C) II; IV; VI; III; V; I.

D) II; III; VI; V; I; IV.

27. De acordo com Malthus, o crescimento populacional ocorre _____, o que significa que a população aumenta

de acordo com sua taxa de natalidade. Qual palavra abaixo completa **CORRETAMENTE** a frase acima?

A) geometricamente.

B) exponencialmente.

C) aritmeticamente.

D) progressivamente.

28. Hayek acreditava que o modelo econômico socialista seria impossível porque a informação que os indivíduos usam para tomar suas decisões:

A) Está suficientemente presente apenas no lado da oferta.

B) É difusa em toda a sociedade e necessita ser permanentemente descoberta.

C) Não pode ser obtida diante da existência de custos.

D) Não é relevante para elaborar planos estáveis.

29. *“Se um diamante é encontrado ocasionalmente ou retirado de uma mina com mil dias de trabalho, isto é irrelevante para seu valor”.*

Esta frase é compatível com qual escola de pensamento econômico?

A) Liberal clássica.

B) Neoclássica.

C) Keynesiana.

D) Schumpeteriana.

30. De acordo com a teoria keynesiana, se a demanda agregada é menor que a produção total:

A) As firmas reduzem a produção para evitar acumular estoques.

B) As firmas aumentam a produção para evitar acumular estoques.

C) As firmas reduzem a produção para acumular estoques.

D) As firmas aumentam a produção para acumular estoques.

FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO

31. Assinale a alternativa **INCORRETA**, com relação à obra *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles:

A) A unidade hierárquica entre os fins prescinde da pressuposição de um fim último da vida humana, em razão do qual os outros são escolhidos (são fins intermediários). O fim último é aquele que não retira sua qualidade de fim da subordinação a qualquer outro. Ele deve ser postulado pois o desejo do fim seria vazio se a linha de condução de um fim ao outro não encontrasse um termo final. O saber que o tem por objeto tem

importância decisiva para a vida do humano (é o alvo em razão do qual pode-se orientar, qual o arqueiro...). A ética, como ciência comprometida com tornar bom o homem, deve esforçar-se, portanto, por delimitá-lo.

B) A investigação do tema do bem, objeto da política e da ética, parte, como recorrente recurso dialético, aos usos das palavras que Aristóteles encontra em seu tempo e na tradição; ali ele constata a unânime afirmação da eudaimonia como o maior bem do homem, sem haver, no entanto, concordância acerca do que signifique.

C) A aproximação sistemática da virtude ética da justiça (*dikaionês*) exige a delimitação do seu âmbito de ação e de seu fim e a investigação de que tipo de disposição intermédia se trata, que se ilumina face aos seus extremos. Também aqui Aristóteles segue o mesmo método de procurar, entre a faticidade do que fenomenologicamente se lhe apresenta, o ponto de partida para o aprofundamento filosófico do seu objeto. Trata-se, então, de tomar em consideração o que comumente se entende por justiça, descrita como disposição do caráter que funda o agir com justiça, fazendo desejar o que é justo. Mais uma vez a atividade do homem (o seu agir) revela e ao mesmo tempo constitui o seu modo de ser (o seu

caráter), na explicitação da circularidade constitutiva entre ser (estar constituído com um determinado caráter) e o agir. Mas aqui Aristóteles quer chamar a atenção para o fato de que é a condição do caráter que determina o agir, procurando enfatizar a justiça não como uma qualidade dos atos do homem, mas como seu próprio modo de ser enquanto homem sério, de caráter.

D) Aristóteles encontra diferentes usos da palavra “justiça” na língua grega. A palavra “injusto” é usada para referir quem transgredir a lei, quem quer mais do que é devido, e quem é iníquo. Analogamente, o justo refere quem observa a lei e quem respeita a igualdade. A disposição justa, assim, comparece como observância da lei e como respeito pela igualdade, e a disposição injusta, como transgressão da lei e desrespeito pela igualdade. Não são idênticos os sentidos com que se usa a palavra “justiça” como respeito à lei e como respeito à igualdade – isso deve ficar claro sempre quando se tratar das relações entre a lei e a justiça – mas é importante assinalar como são, declaradamente e desde o início, muitos ligadas.

32. Assinale a alternativa **INCORRETA**, com relação à obra de Kant:

- A)** A razão não é um fato, mas sim um direito como a liberdade de pensar.
- B)** A coerção externa é um elemento essencial, definidor, do direito.
- C)** A moral é heterônoma, dada por coação externa, o direito é autônomo, dado pelo sujeito, na qualidade de legislador universal.
- D)** A avaliação (o juízo de valor) da justiça e da injustiça das leis externas só pode ser feita pelo uso da razão.

33. Assinale a alternativa **CORRETA**, com relação à obra de Kant:

- A)** Praticar caridade por dever é moral, assim como praticá-la por amor.
- B)** Assim como para Aristóteles, o homem se diferencia do animal por ser racional e a finalidade última do humano é alcançar a felicidade.
- C)** A constituição civil do Estado deve ser republicana e a democracia participativa.
- D)** Assim como a pessoa deve ser tratada como um fim em si mesmo, na sua máxima dignidade, os Estados também recebem tratamento análogo, estando assim proibidos de tratar outros Estados como se fossem propriedade.

34. Assinale a alternativa **INCORRETA**, com respeito à filosofia grega clássica:

A) O embate entre lei natural e lei positiva ganha contornos mais sólidos com Antifonte, que afirmava a supremacia da lei dos homens sobre a lei natural, uma vez que aquela é fruto da avançada articulação entre os homens na pólis grega.

B) Para Hípias, as leis positivas levam ao igualitarismo, pois conferem aos homens igualdade de direitos e de capacidades no contexto da democracia ateniense.

C) Dominar a retórica sofística mostrava-se como uma importante habilidade para os cidadãos atenienses, pois garantia maior visibilidade nos debates públicos da ágora.

D) Conceitos como “bem”, “mal”, “verdade” e “justo”, para Protágoras, estavam condicionados à utilidade e conveniência de um determinado momento.

35. Assinale a alternativa **INCORRETA**, com respeito à filosofia grega clássica:

A) À semelhança dos pré-socráticos, Sócrates também buscava uma espécie de princípio ou realidade última das coisas. Concentrou-se, porém, num

mundo interior ao indivíduo, e não na physis. Daí seu questionamento sobre a essência humana.

B) Sócrates identifica a alma humana como a consciência moral e intelectual do homem, isto é, como sua razão e inteligência. Por isso afirma que a maior virtude humana consiste no conhecimento, enquanto o vício seria a ignorância.

C) Segundo o intelectualismo ético socrático, aquele que age maldosa ou injustamente assim o faz por ignorância, uma vez que é impossível conhecer o bem e deixar de praticá-lo.

D) O intelectualismo ético socrático é absoluto, pois a correção no agir de uma determinada situação será necessariamente também correta em todas as outras situações.

36. Assinale a alternativa **INCORRETA**, com respeito à filosofia grega clássica:

A) Nos seus diálogos, a dialética era fortemente utilizada por Sócrates para fazer os interlocutores reconhecerem sua própria sabedoria.

B) Os diálogos de Sócrates dividiam-se em dois momentos: o de refutação, cuja finalidade era fazer o interlocutor reconhecer seu falso saber; e o de

maiêutica, quando ocorria a construção do novo saber, dessa vez não fundamentado em premissas contraditórias.

C) Na dialética, por meio da ironia e da confutação, realizava-se uma purificação das falsas certezas, o que evidencia a função primordialmente catártica do método socrático.

D) Platão enxergava no homem uma dualidade: alma e corpo. Na alma, reside um resquício das formas verdadeiras, de tal modo que conhecimento, segundo o filósofo, é reminiscência.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

37. Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) A lei perde a eficácia desde que comprovado o seu desuso por um período de tempo superior a dez anos;

B) A lei ordinária só pode ser revogada, de modo parcial (derrogada) ou total (abrogada), por outra lei de natureza e hierarquia superiores;

C) Quando um preceito de uma lei contraria uma nova ordem constitucional falta-lhe fundamento de existência e validade e, por isso, diz-se que ele não foi recepcionado;

D) Na aplicação da lei sempre será possível a utilização da equidade.

38. Segundo a Escola da Exegese francesa, que interpretou o Código Civil francês:

A) A lei não deve ser interpretada segundo os critérios valorativos do juiz, mas de acordo com a razão expressa na própria lei.

B) O legislador é onipotente e deve basear-se sempre no direito consuetudinário, porque este expressa o verdadeiro espírito do povo.

C) A lei deve ser interpretada de forma a se aproximar dos valores sociais e das demandas populares urgentes.

D) O juiz é soberano para tomar suas decisões, desde que não violem os princípios de justiça e do direito natural.

39. O que ocorre se duas normas jurídicas, da mesma hierarquia, sendo a mais antiga especial e a mais recente geral, conflitarem?

A) Será aplicada ao caso concreto a lei mais recente e geral, pois em caso de antinomia de uma lei antiga com uma lei mais nova aplica-se a mais recente;

B) No caso concreto o juiz deverá aplicar a jurisprudência pertinente;

C) Qualquer uma das duas poderá ser aplicada, já que o juiz tem discricionariedade para decidir no caso concreto;

D) Será aplicada a lei mais antiga e especial, pois neste caso deve prevalecer a lei especial, independentemente de seu tempo de vigência.

40. Denomina-se *vacatio legis*:

A) O período de tramitação da lei no Congresso Nacional.

B) O instituto de direito não regulamentado por lei.

C) O período de vigência da lei temporária.

D) O intervalo entre a data da publicação da lei e a da sua entrada em vigor.

SOCIOLOGIA GERAL

41. Os estudos fundamentais de Max Weber gravitam em torno da:

A) Noção de classes sociais, assim entendidos os modos de estratificação das sociedades decorrentes dos modos de produção econômica das sociedades.

B) Noção de fato social, e suas implicações no sentido de definição da orientação científica da sociologia.

C) Noção de ação social, enquanto ação dotada de significado e imbuída de reciprocidade.

D) Noção de ação social, como toda ação realizada no plano factual, mesmo que despidas de significância ou reciprocidade.

42. Pela perspectiva marxiana (de Karl Marx), é correto afirmar:

I - Marx não se preocupa eminentemente com o direito ou com a cultura, somente apresenta uma teoria econômica. E direito deve ser entendido apenas como um braço repressivo da burguesia.

II - Não há relação direta entre a infraestrutura societária, cujo eixo é a economia, e a superestrutura, de caráter ideológico. Portanto, modificação estruturais na base econômica não implicam modificação no direito.

III - O ser dos homens não decorre de sua consciência. Ao contrário, a subjetividade decorre das condições reais de existência, fundamentalmente das relações de produção.

A) Todas as afirmativas são corretas.

B) Todas as afirmativas são falsas.

C) Apenas a primeira alternativa é correta.

D) As alternativas II e III são corretas.

43. Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) A Sociologia, ao longo de seu desenvolvimento, contempla vários objetos de análise, tais como: fato social, ação social, classes sociais, conflitos sociais, sociedade, entre outros. São variáveis conforme as perspectivas, premissas e desenvolvimento das diversas escolas. Confluem, todavia, na busca de descrição, compreensão ou análise dos diversos fenômenos sociais, mediante olhares distintos e, por vezes, antagônicos.

B) A Sociologia, ao longo de seu desenvolvimento, contempla exclusivamente um objeto de análise, que é o fato social, reconhecido nas características propostas por Émile Durkheim, a saber exterioridade, generalidade e objetividade.

C) A Sociologia é ciência que estuda exclusivamente a estratificação social e os conflitos inerentes às classes, estamentos ou classes que a compõe.

D) A Sociologia não é ciência, apenas inquietação filosófica e política, pelo que não deve ser considerada com rigor científico ou prestigiada.

44. Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) As sociedades arcaicas ou simples, sob a perspectiva de Émile Durkheim,

são caracterizadas pela solidariedade orgânica e, por consequência, desenvolvem expressões de direito repressivas.

B) As sociedades complexas, sob a perspectiva Émile Durkheim, decorrentes das revoluções industrial e tecnológica, e pela divisão social do trabalho, desenvolvem elementos de solidariedade mecânica e, por consequência, manifestam expressões de direito repressivas.

C) Os avanços complexas, sob a perspectiva Émile Durkheim, decorrentes das revoluções industrial e tecnológica, e pela divisão social do trabalho, desenvolvem elementos de solidariedade orgânica e, por consequência, manifestam expressões de direito repressivas.

D) Nenhuma das alternativas anteriores.

45. A esfera pública para Jürgen Habermas consiste:

I - Na intersecção entre a esfera do poder público e a esfera privada, sendo o espaço de emergência da opinião pública e da organização da sociedade civil, em que se observa que os pleitos oriundos da esfera privada, mediante sistemas de porosidades comunicativas e sensoriamentos, são recodificados e apresentados à esfera do poder público.

II - No acolhimento substancial e completo com a esfera do poder público, pelo que se pode considerar ambas como sinônimas.

III - No espaço de conflitos e de estratificação das camadas sociais, quer se apresentem como estamentos, quer se apresentem como castas, quer se apresentem como classes sociais.

IV - No equivalente perfeito à noção de "campo" em Pierre Bourdieu, pelo que pode ser compreendida como lugar em que se disputam os diversos capitais disponíveis numa determinada sociedade, sejam eles econômicos, simbólicos, sociais ou culturais.

- A)** Todas as afirmativas são corretas.
- B)** Todas as afirmativas são falsas.
- C)** Apenas a primeira alternativa é correta.
- D)** As alternativas I, II e III são corretas.

TEORIA DO DIREITO

46. O realismo jurídico norte-americano:

- A)** Defende a tese de que o direito é indeterminado.
- B)** Se notabilizou pela utilização de princípios racionais (formais) na resolução de casos concretos.

C) Nada mais é do que a versão americana do positivismo jurídico escandinavo.

D) Tem como sua maior referência Alf Ross.

47. De acordo com o positivismo de H.L.A. Hart:

- A)** O direito está sempre separado da moral.
- B)** O direito está sempre unido pela moral.
- C)** O direito não está necessariamente unido à moral, mas apenas contingentemente.
- D)** O tema do direito e da moral não faz parte da obra de Hart.

48. Segundo a Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen:

- A)** O método da ciência do direito deve ser o mesmo das ciências exatas.
- B)** Interpretar o direito é o mesmo que a antiga doutrina chamava de interpretação literal, de acordo com o texto da lei.
- C)** A única forma possível de compreensão do direito é mediante a teoria pura, segundo a qual a estrutura lógica da norma jurídica é seu ponto central.

D) O ato de interpretação do direito pelo juiz é um ato de vontade, em contraposição ao ato de interpretação do direito pelo cientista do direito, que é um ato de conhecimento.

TEORIA GERAL DO ESTADO

49. Na conceituação dos elementos caracterizadores da presença do Estado, três elementos têm sido destacados tradicional e constantemente pela Doutrina. São eles:

- A)** Soberania, território e povo.
- B)** Soberania, território e nação.
- C)** Soberania, território e Direito.
- D)** Soberania, nação e Direito.

50. A democracia dos modernos, tal qual vêm sendo descrita pela melhor e mais ampla doutrina, se caracteriza pela presença de:

- A)** Representantes com mandato imperativo.
- B)** Representantes com mandato não-imperativo.
- C)** Representantes com mandato não-imperativo condicional.
- D)** Representantes com mandato imperativo condicional.

51. A Teoria da Separação dos Poderes idealizada por Benjamin Constant de Rebecque, propugnava pela existência de um Pouvoir Royal; no Brasil, esta teoria, modificada pelo Imperador Dom Pedro I e os Irmãos Andrada, foi aplicada na Constituição Imperial de 1824. Aonde mais em que constitucionalismo(s) ela foi aplicada?

- A)** Portugal, na Constituição de 1838.
- B)** Portugal, na Constituição de 1826.
- C)** Itália, no Estatuto Albertino da Savoia de 1848.
- D)** Itália, no Estatuto Albertino da Savoia de 1848 e, em Portugal, na Constituição de 1826.

52. Afirma-se que o Poder Legislativo brasileiro é do tipo bicameral-federativo, pois:

- A)** É integrado exclusivamente por representantes dos Estados e do Distrito Federal, que são entes federativos.
- B)** É integrado por duas Casas Legislativas, uma delas composta por representantes do povo brasileiro e a outra por representantes dos Estados e do Distrito Federal.
- C)** É integrado pela Câmara dos Deputados, composta por representantes do povo brasileiro, e pelo Senado Federal, composto por representantes

dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

D) Apenas a União e os Estados têm Poderes Legislativos próprios.

53. Analise as proposições abaixo:

I - Parlamentarismo é a Forma de Governo onde existe uma combinação entre o Parlamento, que representa o Poder Legislativo, e o Rei, que representa o Poder Executivo.

II - Presidencialismo é a Forma de Governo onde existe uma maior interdependência entre as funções do Estado.

III - Presidencialismo é o Sistema de Governo que pode ser exercido na República.

IV - O Sistema Parlamentarista pode ser aplicado na Monarquia e na República.

V - O Estado Unitário não admite o Sistema Parlamentarista.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) I e III estão incorretas.

B) II e V estão corretas.

C) I, II e V estão incorretas.

D) I e IV estão corretas.

54. “*Dado que a força das palavras (conforme acima assinalei) é demasiado*

fraca para obrigar os homens a cumprirem seus pactos, só é possível conceber, na natureza do homem, duas maneiras de reforçá-la. Estas são o medo das consequências de faltar à palavra dada, ou o orgulho de aparentar não precisar faltar a ela. Este último é uma generosidade que é demasiado raro encontrar para se poder contar com ela, sobretudo entre aqueles que procuram a riqueza, a autoridade ou os prazeres sensuais, ou seja, a maior parte da humanidade. A paixão com que se pode contar é o medo, o qual pode ter dois objetos extremamente gerais: um é o poder dos espíritos invisíveis, e o outro é o poder dos homens que dessa maneira se pode ofender. Destes dois, embora o primeiro seja o maior poder, mesmo assim o medo do segundo é geralmente o maior medo.”

O excerto acima transcrito contempla aspectos essenciais sobre o fundamento para a criação do Estado Moderno por:

A) Rousseau.

B) Maquiavel.

C) Hobbes.

D) Locke.

55. De acordo com sua teoria política, a propriedade já existe no estado de

natureza e, sendo instituição anterior à sociedade, é direito natural do indivíduo, não podendo ser violado pelo Estado. O autor mais conhecido por sustentar tal argumento é:

- A)** Maquiavel.
- B)** Locke.
- C)** Hobbes.
- D)** Montesquieu.

TEORIA POLÍTICA

56. Qual dos conceitos abaixo melhor define ciências políticas:

- A)** Estudo dos fenômenos políticos conduzido com a metodologia das ciências empíricas; utilizando-se de todas as técnicas de pesquisa próprias da ciência do comportamento.
- B)** Descrição, projeção, teorização da ótima república, em outros dizeres, construção de um modelo ideal de Estado, fundado sobre alguns postulados éticos.
- C)** Busca do fundamento último do poder, que permite responder à pergunta: “A quem devo obedecer? E, por quê?”.
- D)** Determinação do conceito geral de política, como atividade autônoma, modo ou forma do Espírito.

57. Na obra Paz Perpétua, Kant afirma que:

- A)** Os Estados não podem viver em paz, salvo se seguirem os ideais iluministas, não devendo formar uma federação de Estados, pois retiraria a soberania dos Estados, gerando conflitos e alterando o devir histórico do povo.
- B)** Os Estados podem usufruir de uma paz perpétua se perderem parte de suas soberanias para formar um Estado universal.
- C)** A paz perpétua pode ser atingida se o direito das gentes for fundado sobre um federalismo de Estados livres, preservando a individualidade dos Estados.
- D)** Da mesma forma que Hegel, Kant afirma que a paz perpétua apenas pode ser atingida por meio da formação de uma liga de povos, congregando todos os Estados, tornando possível o desejo dos povos, mantendo as constituições republicanas dos povos.

58. *“Todo Estado está fundado na força. E, na verdade, é justo que assim seja. Se houvesse apenas organismos sociais nos quais fosse ignorada a força como meio, o conceito de Estado desapareceria e em seu lugar entraria aquilo que, no sentido particular da palavra, poderia ser chamado de*

anarquia.” (WEBER, Max. Economia e Sociedade, 1974, p.681).

Pode-se verificar a partir do trecho acima transcrito que Max Weber considera:

- A)** A ordem internacional uma anarquia.
- B)** A monopolização da força como condição necessária de existência do Estado no sentido moderno.
- C)** A monopolização da força como condição suficiente para a existência do Estado.
- D)** O poder político como legitimador da força do Estado.

59. Qual autor asseverou que há três formas de poder: o poder paterno, o poder despótico e o poder político, sendo que o poder paterno é exercido no interesse dos filhos, o despótico, no interesse do senhor, o político, no interesse de quem governa e de quem é governado?

- A)** Locke.
- B)** Platão.
- C)** Aristóteles.
- D)** Hobbes.

60. Conforme Hobbes, a passagem do estado de natureza para o Estado civil ocorre em qual momento?

- A)** Quando os indivíduos não renunciam ao direito de usar cada qual a própria força; porém empregam a razão para saber o melhor momento de usá-la.
- B)** Quando os indivíduos se tornam seres sociais e políticos.
- C)** Quando os indivíduos decidem viver em uma monarquia constitucionalista em que o poder é transferido a um Parlamento.
- D)** Quando os indivíduos renunciam ao direito de usar cada qual a própria força que os torna iguais no estado de natureza para depositá-lo nas mãos de uma única pessoa ou de um único corpo que de agora em diante será o único autorizado a usar a força no interesse deles.